

INFORMAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES, ÓRGÃOS E ORGANISMOS DA UNIÃO EUROPEIA

INFORMAÇÃO N.º 359/04, DE 5 DE OUTUBRO, DO CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA

A Informação n.º 359/04, de 5 de outubro de 2018, do Conselho da União Europeia, substituiu os anexos I e II das conclusões do Conselho, de 5 de dezembro de 2017, sobre a lista da União Europeia de jurisdições não cooperantes para efeitos fiscais [↗](#).

LEGISLAÇÃO

DECRETO-LEI N.º 87/2018, DE 31 DE OUTUBRO, DA PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

O Decreto-Lei n.º 87/2018, de 31 de outubro, alterou o Decreto-Lei n.º 8/2007, de 17 de janeiro, estabelecendo que o preenchimento da Informação Empresarial Simplificada (IES), bem como da Declaração Anual de Informação Contabilística e Fiscal (DA), passe a ser efetuado após prévia submissão do ficheiro normalizado de auditoria tributária, designado de SAF -T (PT) relativo à contabilidade, à Autoridade Tributária e Aduaneira e respetiva validação [↗](#).

AVISO N.º 135/2018, DE 26 DE OUTUBRO, DO MINISTÉRIO DO TRABALHO, SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL

O Aviso n.º 135/2018, de 26 de outubro, tornou público que foi assinado, no dia 20 de setembro de 2018, o Acordo Administrativo para aplicação da Convenção sobre Segurança Social entre a República Portuguesa e a República de Cabo Verde [↗](#).

PORTARIA N.º 282/2018, DE 19 DE OUTUBRO, DO MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

A Portaria n.º 282/2018, de 19 de outubro, revogou a alínea a) do n.º 1 do artigo 3º da Portaria n.º 302-B/2016, de 2 de dezembro, que aprovou as listas de instituições financeiras não reportantes e de contas financeiras excluídas a que se refere o artigo 4º-F do Decreto-Lei n.º 61/2013, de 10 de maio, pondo fim à dispensa do cumprimento das obrigações que devem ser aplicadas pelas instituições financeiras para identificação e comunicação à Autoridade Tributária e Aduaneira dos elementos abrangidos pela troca automática de informação relativamente aos Planos Poupança-Reforma [↗](#).

DECRETO-LEI N.º 81/2018, DE 15 DE OUTUBRO, DA PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

O Decreto-Lei n.º 81/2018, de 15 de outubro, criou equipas de juizes para a recuperação de processos pendentes de decisão final nos tribunais administrativos de círculo e nos tribunais tributários que tenham dado entrada até 31 de dezembro de 2012, e definiu medidas acessórias de carácter extraordinário, para a recuperação de pendências nos tribunais administrativos e fiscais, designadamente a isenção de custas processuais em caso de desistência de pedido até 31 de dezembro de 2019 [↗](#).

DECLARAÇÃO DE RETIFICAÇÃO N.º 35-A/2018, DE 12 DE OUTUBRO, DA PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

A Declaração de Retificação n.º 35-A/2018, de 12 de outubro, procedeu à retificação do n.º 6 do artigo 51º da Lei n.º 51/2018, de 16 de agosto (Lei das Finanças Locais) [↗](#).